

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

Reuniu-se aos 10 dias do mês de fevereiro de dois mil e quatorze, às 10h30, no Plenário Doutor Ricardo Alvarenga Trípoli, Rua Antônio de Godoy, número 122, sala 115, Santa Efigênia, o Conselho dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, biênio 2013-2015, para apreciar e deliberar sobre os seguintes temas constantes da pauta da convocação, a saber: 1-) Regimento interno, 2-) Informes Gerais. A sessão teve início com a discussão sobre a dinâmica de análise da minuta do regimento interno. É feito solicitação de inclusão de ponto de pauta para esclarecimento sobre a constituição de Grupo de Trabalho no âmbito da Secretaria de Segurança Pública. É sugerida também a inclusão de tema sobre a realização do planejamento do Conselho. A mesa conduz a leitura da minuta acolhendo as contribuições de correções e inclusões de texto feitas pelos conselheiros e conselheiras. O Presidente informa sobre os aspectos técnicos referentes à publicação da íntegra da Ata e seu extrato. Márcia Balades, representante da Sociedade Civil, questiona a titularidade dos conselheiros, pedindo esclarecimento e melhor definição do papel dos suplentes. A plenária debate as funções e atribuições do conselheiro suplente, e importância da confirmação ou ausência dos titulares com antecedência para que os suplentes possam participar plenamente. E, ainda, que se proceda ao início de cada reunião a checagem e na ausência do titular o suplemente presente automaticamente assume a função. Neste momento, são solicitadas providências da secretaria do Conselho referentes à faltas consecutivas de alguns conselheiros e conselheiras. Os conselheiros entendem que é necessário a secretaria expedir comunicação às pessoas que faltarem lembrando-as dos artigos do regimento em discussão sobre faltas, a necessidade de justificativa e a previsão de perda do cargo. A Conselheira Heloisa Helena Cidrin Gama Alves diz que irá consultar setor jurídico da Secretaria de Justiça e de Defesa da Cidadania se é possível o regimento prever penalidades ou mesmo a perda do cargo de conselheiro por faltas. Mesmo com este questionamento, os presentes entendem possível aprovar o Regimento Interno com um adendo aguardando apenas esse esclarecimento para publicação em Diário Oficial. O Presidente coloca para apreciação da plenária se é possível realizar a votação do regimento ou se aguarda próxima sessão até obtenção do retorno da Consultoria Jurídica. Os presentes concordam em seguir a votação. No período da tarde, é reaberta sessão às 15h com apreciação do capítulo 4º, que trata das disposições finais. A mesa então coloca o texto corrigido em votação com o adendo referido anteriormente. Os conselheiros e conselheiras aprovam o Regimento Interno. O Presidente passa para os informes como 2º item da pauta. A conselheira Alessandra Acedo faz uma questão de ordem e solicita esclarecimento sobre oficio pedindo apoio aos seus chefes imediatos sobre o atestado de frequência. O Presidente diz que o conselho providenciará e mandará. O Conselheiro Dario Neto trouxe as seguintes demandas. Diz que foi procurado para a criação do Conselho Municipal de Jundiaí, e propôs o conselho encaminhar uma moção de apoio a sua criação. Faz também consideração sobre o caso Kaique Augusto Batista dos Santos. Sugere que seja feito convite para que o delegado do caso em audiência pública para que fale sobre o inquérito. Relata, por fim, denúncia sobre prática homofóbica na Fundação Casa. O conselheiro diz que o conselho deve enviar uma comissão para tratar com a Secretaria de Segurança Pública. A Conselheira Heloisa Alves pede para incluir ponto de pauta da próxima reunião sobre os canais de denúncia. O representante da Secretaria de Segurança Pública pede para que haja mais elementos sobre os casos e que o próprio conselheiro encaminhe para ouvidoria da pasta ou para o próprio conselho. Em outro informe, é relatado que o Fórum LGBT fez uma representação sobre os dados das travestis e transexuais e que existe uma articulação para reunir os delegados,principalmente da 4ª Delegacia de Polícia. Chama atenção para o reforço policial na região da Bela Vista, no centro desta capital, para coibir práticas homofóbicas e violência. O Presidente reitera oficio da Secretaria de Segurança Pública sobre constituição de grupo de trabalho. Lembra que a principio as reuniões serão quinzenais para se inteirar das ações dentro do plano. A cidadã Fernanda de Moraes pediu a palavra e pergunta ao conselheiro Eduardo Dias representante da Secretaria de Segurança Pública porque as redes não foram convidadas para participar do GT. O Conselheiro respondeu que aguardaram a instituição do conselho para fortalecê-lo. Lembra que o conselho está dentro da Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual e reafirma a necessidade do conselho estar também em outros espaços constitucionais. Diz que duas forças devem ser utilizadas neste contexto sensibilizações e Ouvidoria. Fala sobre a atuação da policia militar e a capacidade de investigação da policia civil. Fernanda de Moraes, completa, e diz que a Secretaria adiou reunião que ocorreria com as travestis e transexuais. A conselheira Heloísa Alves fala que o Fórum LGBT esta de alguma forma representado pela Ryana Meireles e Alessandra Acedo. A conselheira Márcia Giovanetti atendendo a demanda levantada na reunião anterior explica sobre a legislação de doação de sangue e seus critérios de exclusão, esclarecendo assim as dificuldades, principalmente dos gays em relação aos bancos de sangue. Comprometeu-se enviar portaria para o conselho adicionar o documento no site e também para conhecimento de todos os conselheiros. Referente ao Campeonato Mundial de futebol a ser realizado no Brasil em julho, diz que descobriu e esta pleiteando uma reunião com o representante da saúde no comitê da copa em São Paulo. Por ultimo, a conselheira informou sobre constituição de Comitê Técnico criado na Secretaria da Saúde (SES) para tratar da saúde da população LGBT, o qual foi publicado em Diário Oficial através da Resolução SS - 124, de 26-11-2013 e complementado através da Resolução SS 05, de 17-01-2014 com a indicação dos membros**.** A mesa apresenta os encaminhamentos: a-) necessidade urgente de indicação para o grupo de trabalho da Segurança Pública considerando a representatividade de cada segmento. Rachel Silveira se disponibiliza a participar pelo segmento de Travestis e Transexuais; b-) discussão visando estabelecer o fluxo de denuncias, c-) realizar moção do Conselho em repúdio a Prefeitura da cidade de São Paulo pelo Prefeito não ter não ter sancionado lei aprovada pela Câmara; d-) que a Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual encaminhe para o Conselho a minuta do II Plano Estadual de combate à homofobia e promoção da cidadania LGBT para conhecimento. É apresentada pela plenária sugestão de pautas para próxima reunião: Ambulatório de Saúde Integral de Travestis e Transexuais; divulgação da lei 10948/01; o planejamento e orçamento do Conselho; discussão sobre identidade de gênero e definição do atendimento às travestis e transexuais. Não tendo mais nada a tratar, às 17h é finalizada a reunião plenária presidida por Cássio Rodrigo, e eu André Luzzi de Campos, lavrei esta Ata, que segue para coleta de assinatura e publicação em Diário Oficial.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2014.

CÁSSIO RODRIGO

PRESIDENTE

CONSELHEIRO REPRESENTANTE DO PODER PÙBLICO